

Joaquim Domingues

O mundo novo da língua no itinerário de Vilém Flusser

Gratias tibi ago, Domine, vidi rem novam. (Flusser 1960: 560)

Homenagear alguém supõe atribuir-lhe maior ou menor grau de excepcionalidade, sem embargo do quanto as exceções sempre ficam a dever à regra comum, da qual se destacam para, a seu tempo, a reintegrarem, enriquecendo-a. Assim aconteceu com Vilém Flusser, lançado para fora da Europa central num movimento centrífugo, que fez rumar ao Brasil o estudante da universidade Carolina de Praga, regressado na matura idade, num impulso centrípeto, que um fatal acidente travou à saída da cidade natal. A regra, que se tem mantido firme, verifica-se no facto de o retorno ter passado ao largo de Portugal, onde pouco interesse tem despertado a sua obra que, embora muito nos diga, só recentemente começou a ser atendida.

Congratulo-me, pois, pela realização de um encontro que dá ensejo a inscrever o seu nome no horizonte da nossa reflexão, em termos que espero duradouros e fecundos. Aliás, se alguma desculpa quiséssemos alegar, poderíamos invocar o exemplo do Brasil, onde são manifestas as reticências perante quem mais merece o qualificativo de filósofo brasileiro do que vários outros, aos quais o atributo advém por acidente legal ou natural, mas não pela feição característica do pensamento. Vilém Flusser, para além de ter obtido a nacionalidade brasileira, de ter vivido a mais longa fase da vida e ter pensado o essencial da obra no Brasil, foi porventura um dos que, até hoje, melhor atentou nas virtualidades especulativas da língua e no sistema de valores culturais de uma sociedade na qual, porém, nunca se integrou de todo.

Não obstante o vivo diálogo que manteve com notáveis personalidades brasileiras, justificando a sua inclusão na escola de São Paulo pelo Dr. António Braz Teixeira, ele tem aparecido sobretudo como o representante de um pensar de fora parte. É o que leio, por exemplo, no volume *Vilém Flusser no Brasil* (Bernardo 1999), onde se sublinha sobretudo o que o judeu imigrado levou consigo dos meios cultos europeus; à laia da celebração de

outros viajantes, aventureiros ou refugiados que as circunstâncias fizeram aportar ao novo continente, como o simpático memorial em tempos dedicado a *Bernanos no Brasil: Testemunhos Vividos* (Petrópolis 1968). O mesmo se diga do prefácio de Celso Lafer ao volume *A Dívida*, embora neste caso se compreenda que na sua memória tenha prevalecido a marca deixada na adolescência e juventude pelo encontro com alguém que se distinguia tanto pela aguda inteligência como pelas singulares atitudes.

Na verdade, surpreende que o nome de Flusser não conste no índice onomástico da *História da Filosofia no Brasil*, de António Paím (1987), conquanto apareça o respectivo verbete no *Dicionário Bibliográfico de Autores Brasileiros* (1999), volume atinente à Filosofia, Pensamento Político, Sociologia e Antropologia, organizado pelo Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro e editado pelo Senado Federal Brasileiro. No mesmo ano em que António Joaquim Severino (1999) publicou o minucioso levantamento sobre *A Filosofia Contemporânea no Brasil*, onde é mencionado apenas na bibliografia, graças ao depoimento prestado em 1969 ao P.^e Estanislau Ladusans e incluído em 1976 no tomo sobre os *Rumos da Filosofia Actual no Brasil em auto-retratos*. Isto apesar de já em 1967, nas *Tendências do Pensamento Estético Contemporâneo no Brasil*, Luís Washington Vita considerar o «pensamento flusseriano», a par do de Vicente Ferreira da Silva, como representativos da perspectiva existencialista.

A menção destes títulos, a ilustrar o que me parece uma atitude reticente quanto à inserção do filósofo na cultura brasileira, de modo algum esgota uma bibliografia que tem crescido significativamente, com destaque para os contributos do Prof. Gustavo Bernardo Krause, com quem tenho a honra de me encontrar aqui. Vale porém a pena acrescentar uma referência ao lúcido e corajoso Prof. Miguel Reale, que me poupa a hesitações ao sustentar, na enciclopédia *Logos*, que “a fecunda conexão intelectual entre Vilém Flusser e Vicente Ferreira da Silva foi de enorme valor para o desenvolvimento de uma autêntica filosofia brasileira, embora inspirada pela cultura filosófica germânica.” (Reale 1992: 884) Não saberia eu dizer melhor a conclusão a que chegara ao ler *Língua e Realidade*, bem como a sua autobiografia, razão pela qual ousei aceitar o convite, que muito agradeço, para me associar a esta evocação da sua obra e pensamento.

*

Cumpro-me no entanto esclarecer que, visto o tema da língua no pensamento de Vilém Flusser ter sido tratado, num texto modelar, pelo Dr. António Braz Teixeira, me limitarei a algumas reflexões marginais, para as quais peço a melhor benevolência. Foi, com efeito, por sugestão de quem encarece o “comovente ensaio de amoroso e apaixonado louvor da língua portuguesa e da ontologia que leva implícita” (Braz Teixeira 2009: 169) que me interessei por essa vertente da sua obra, já que a outra, em torno de alguns tópicos da modernidade e pós-modernidade, se me tem afigurado de bem menor alcance. E se entre uma e a outra julgo haver uma íntima conexão, ela não decorre do conseqüente desenvolvimento do caminho que encetara, mas de um desvio, se não mesmo de um recuo, cujas causas valeria a pena indagar.

O facto de o seu primeiro livro dado a público (apesar de não ser, ao que ele diz, o primeiro escrito) ter sido *Língua e Realidade*, e versar sobre a língua portuguesa a estreia na *Revista Brasileira de Filosofia*, pouco depois seguida do ensaio de ontologia da linguagem que constituiu o embrião daquele livro, me parece muito significativo, sobretudo da parte de alguém habituado a controlar as mais espontâneas manifestações da vida interior. O que se apura desses textos é que, no complexo, arrastado e penoso processo de adaptação à realidade brasileira, houve um momento imprevisto em que o filósofo, cuja relação matricial à cultura germânica nunca sofreu interrupção assinalável, foi interpelado em termos para os quais a sua formação o não tinha preparado. Maugrado a superioridade intelectual de que tinha consciência, fora levado a reconhecer que a língua (e a correlativa mundividência) daquele povo, que até aí olhara de cima e de longe, se não adequava às categorias que tinha como universais e mostrava mesmo virtualidades superiores às que opulentam a literatura germânica dos dois últimos séculos.

Compreende-se, por isso, o recurso à retórica amorosa para confessar uma derrota que, em compensação, redundava no precioso ganho de um tesouro que permanecera escondido, tanto para os requintados sábios do velho mundo, como para os inocentes homens do novo. Por sorte, ao decidir-se a explorar o filão, encontrou alguns intelectuais de excepção, entre os quais Vicente Ferreira da Silva, Guimarães Rosa e Miguel Reale, que o confirmaram no acerto da descoberta. É de crer, porém, que mesmo com eles não terá sido fácil o diálogo neste ponto, já que, todos mais ou menos tributários do prestígio das

modernas culturas da Europa e da América do Norte, nenhum o acompanharia sem reservas.

Tenho dificuldade em distinguir o que há de autêntico e de inautêntico nos textos de Flusser, onde a tendência para brilhar e uma retórica por demais retorcida, para já não falar nos lances de erudição excessiva, sugerem que a insistência no tema da autenticidade algo tenha de autocrítica. Vem isto a propósito da epígrafe latina – *Gratias tibi ago, Domine, vidi rem novam* – do primeiro artigo na *Revista Brasileira de Filosofia*, que se diria parafrasear um trecho do Novo Testamento; algo insólito num judeu sem crença religiosa, mas muito expressivo naquele contexto. Ele sublinha assim o que teria sido o momento alto do seu percurso espiritual, abrindo horizontes inesperados a quem se alimentava de Schopenhauer, Nietzsche, Heidegger e quejandos mestres do pensamento germânico, ao qual se vinculara desde Praga.

A *coisa nova* que no Brasil se lhe revelou foi a língua, não tomada em si, separada ou abstraída de quanto nela conflui e dela emana, como luz que tudo ilumina em torno, como foco luminoso que, porque faz ver, se chega a tornar invisível ao olhar comum. Por isso, o modo como a aborda, através de uma fenomenologia que se afasta dos rigores metódicos de Husserl, remete antes para as virtualidades a explorar ainda, tais as que o *mineiro* Guimarães Rosa perseguia na sua literatura, visando dar expressão ao que Teixeira de Pascoaes chamou, entre nós, o génio do povo. Bem como o *paulista* Vicente Ferreira da Silva que, se outros foram os seus caminhos e embaraços, no mesmo fito se movia; pelo que Miguel Reale haveria de atribuir tão decisiva importância à mútua conexão *para o desenvolvimento de uma autêntica filosofia brasileira*.

Na verdade, se não podemos pensar fora da língua (mesmo admitindo o amplo conceito de que Flusser usa) e se não há equivalência entre as línguas, cuja traduzibilidade é assaz variável, como negar o corolário de haver um distinto modo de pensar, próprio de cada cultura? Assim como o de que, necessariamente, todos os demais aspectos da vida social se hão-de diversificar também, numa paleta tanto mais variada quanto maiores forem as diferenças entre as formas de entender o homem e o mundo, bem como o que está para além do homem e do mundo?! Daí que, sendo embora legítimo graduar as diferenças, preferindo uma língua a outra, uma forma a outra, assim como enriquecer umas pelas outras, só por cegueira se possa pretender reduzi-las a um molde único,

submeter a infinda variedade dos modos da convivência humana a um modelo cultural uniforme.

Seria estranhável que neste ponto não fizesse uma referência, brevíssima embora, ao facto de o tema ter sido objecto de acesa discussão entre nós, desde a publicação de *O Problema da Filosofia Portuguesa*, de Álvaro Ribeiro (1943), a qual prosseguiu no decénio de cinquenta, com remissão para autores antecedentes, mormente Bruno, Leonardo Coimbra e Teixeira de Pascoaes. Que Vilém Flusser tivesse passado à margem dessa polémica não surpreende, ainda que não estivessem tão rarefeitas como por vezes se diz as relações entre os dois países, nem os homens com quem dialogou ignorassem de todo o estado da questão em Portugal. O foco das atenções continuava, porém, apontado para a Europa central e a América do Norte, pelo que tudo se passou como se o culto imigrante ignorasse a relação matricial da realidade brasileira com a portuguesa.

*

O certo é que, não obstante a prometedora descoberta que fizera, Vilém Flusser, em vez de correr a aventura que se lhe proporcionava, preferiu recuar para o reduto bem seu conhecido, simbolizado na ponte de D. Carlos, suspensa entre as duas margens do rio que divide Praga, tal como ele, suspenso entre os Checos e os Alemães, nem checo nem alemão. Evitando optar, até mesmo pela tradição judaica, para a qual parece sempre ter olhado não como factor de identidade, mas de diferenciação, preferiu acrescentar o número das línguas entre as quais se exercitara a traduzir, como se a multiplicidade fosse ou pudesse vir a ser o caminho da universalidade ou para a unidade. E se assim mais se aproximou da condição geral de um Ocidente em processo de desagregação civilizacional, com o qual tem contaminado tudo com que se relaciona, e por isso ganhou o direito a ser reconhecido como pensador representativo deste tempo de crise, para tanto delapidou, a meu ver, o melhor do tesouro que encontrara.

No inebriamento da primeira hora, ao aspirar o *perfume* que rescende da língua, da portuguesa no caso, tentara surpreendê-la, diz, “tal qual se derrama no centro do meu eu. Desta forma descobrirei esse perfume dentro de mim, descobrirei a minha ‘portuguezidade’. Verificarei que tudo o que penso, quando penso em português, está impregnado dessa portuguezidade.” (Flusser 1962: 84)

Se me não engano, porém, apesar de ter compreendido que há uma diferença essencial entre pensar em português e em checo, Vilém Flusser continuou a pensar em alemão, apenas agravando o pessimismo de raiz, o de um humanismo cindido da natureza e do sobrenatural. Se, indo para além do enamoramento inicial, tivesse ousado adentrar-se no que chama de ontologia da língua portuguesa, frequentando a sua expressão mais autêntica, na voz do povo e dos poetas mais altos, decerto acabaria por romper com os preconceitos de uma formação que, paradoxalmente, tanto lhe negara as amarras com a terra como com o céu. Paradoxalmente, digo, porque se há linha de força constitutiva do judaísmo é, sem dúvida, a que, por via do Deus de Israel, o liga à terra prometida.

Jogando constantemente entre a metáfora e o discurso racional, quem admitia ver na arte uma linguagem e considerava irresolúvel o problema da origem das línguas, não atentara em que, para o português, a natureza fala com uma eloquência que só se compreende por nela ecoar a voz do Criador. Por isso não vê uma distância impossível de percorrer entre o humano, o natural e o sobre-humano, cujos laços principais, de origem, remetem sempre para o mesmo foco; intemporal e transcendente, sim, mas não de todo absoluto, porque providencial e, mais do que isso, redentorista. Aliás, estaria bem perto de o admitir quem reconhecia a dimensão criativa e até mágica da linguagem, colocando a oração no topo da sua hierarquia, tangente com o inefável.

Suspense sobre o rio do tempo, arvorando como destino o que não passava de uma condição passageira, por muito prolongada que fosse já à data, Vilém Flusser recusou pôr os pés em terra e proclamou-se desterrado, como se essa fosse a palavra-chave da conversa que preferiu manter com outros que tais desterrados. Se autenticamente tivesse deixado falar a língua portuguesa, qual bálsamo maravilhoso que se derramara no centro do seu ser, em breve descobriria que a oração humana apela à audição divina; que a fala só é dada a quem ouve, ou seja, que a palavra humana depende do Verbo criador, do qual recebe a virtude que, como Leonardo Coimbra bem viu ao teorizar o criacionismo, mantém ainda e, por isso, pode e deve assumir. Não sei pensar em alemão, mas a crer no que ele assevera ao dizer que a filosofia de Kant é “essencialmente uma filosofia da língua alemã” (Flusser 1962: 76), admito que, espartilhado entre a razão teórica e a razão prática, o judeu checo de formação germânica mal tivesse intuído a verdadeira natureza da razão poética, que amiúde confunde à lúdica.

É curioso que ao analisar a noção de *poder* (Flusser 2007: 121) mostre desconhecer que o termo remete para algo de que o português espontaneamente se demarca, porque o considera ameaçador, de outrem, deles... Se tivesse preferido a noção de *potência* ou, antes, de *possibilidade*, melhor compreenderia a atitude espiritual que, mediante o curso do tempo e o concurso do alto, oferece a chave que abre todas as portas a quem nunca perde a esperança. Uma espera activa, que remove céus e terra, sem nunca desesperar – ao invés do que ele supõe ser a “tendência da língua na direcção do fatalismo” –, na convicção inabalável de que *Quem espera sempre alcança*.

*

Ajuizar a obra e o pensamento de um homem que, sobre ter vivido em condições tão especiais, muito diferentes das que experimentei e conheço, era dotado de qualidades invulgares e deixou um rasto de apreço que vai crescendo com o passar dos anos, só pode entender-se como esforço que, tanto ao levantar objecções e reservas, como ao destacar acertos e virtudes, não pretende enunciar um juízo final, mas apenas corresponder ao seu desafio para o diálogo. Tal como valorizo positivamente a generalidade dos argumentos com que sublinha a relação entre o pensamento e a linguagem e, por conseguinte, dá ao filosofar uma radicação cujas implicações raras vezes têm sido atendidas, também me vejo na contingência de confessar a discordância ou pelo menos a incompreensão de outros aspectos do seu pensamento. E me atrevo a sustentar ter ele caído em incoerências que, apesar de atribuíveis talvez à sua índole, em que se destacaria o gosto pela provocação, pelo paradoxo e por certas formas de ficção, julgo exigirem ponderação.

Assim me parece assaz estranhável que, não obstante as observações acerca da natureza das línguas que, formando sistemas ou cosmos onde todos os elementos estão em correlação dinâmica, não têm real equivalência entre si, de modo que passar de uma língua para outra equivale a saltar para um outro mundo, tenha Vilém Flusser defendido e praticado a tradução como o método mais conforme a essa concepção. Se, por meu lado, as não separo tão radicalmente, em especial as da mesma família, julgo evidente que o conhecimento de outras línguas e literaturas constitui um factor de enriquecimento e, nos melhores casos, a tradução vale como autêntica recriação, a integrar no acervo do nosso património espiritual. Ninguém ignora que uma das melhores parcelas da nossa literatura

clássica se desenvolveu por essa via, sem desdouro para Luís de Camões, Frei Luís de Sousa, o Padre Manuel Bernardes e tantos outros dos nossos primaciais escritores.

Enquanto permite alargar, elevar, apurar o modo como entendemos o homem, o mundo e quanto os ultrapassa, o conhecimento de outras línguas, literaturas e formas de pensar há-de considerar-se altamente valioso. Do mesmo passo que nos serve, favorece o universal, que se realiza necessariamente por via do particular e do singular, quero dizer, por via das pessoas inseridas no meio que as forma e elas conformam. Vilém Flusser, porém, generalizando a crise dos valores culturais característica da modernidade, que implica a perda de qualquer referência estável para lá das circunstâncias do tempo e do lugar, propõe como solução o assumir essa transitoriedade através do vaguear entre o maior número possível de línguas, sem privilegiar qualquer uma delas.

Se as condições efectivas da sua formação, as contingências históricas e sociais, de algum modo lhe impuseram a necessidade dum permanente esforço para dominar e usar diversas línguas, estou em crer que o problema de fundo com que ele se deparou foi outro, ou seja, resultou de ter sido educado num meio onde nem a língua nem a religião hebraica vigoravam já, não obstante, do ponto de vista social, os judeus se considerassem e fossem tidos como grupo à parte. Essa terá sido a verdadeira razão que o levou, após ter entrevisto a possibilidade duma integração bem sucedida na sociedade brasileira, a rumar para a Europa, fugindo literalmente, como ele mesmo reconhece, a uma possibilidade que se lhe afigurava limitadora. Nesse contexto se compreende a redução de todas as línguas, que é o mesmo que dizer, todas as culturas, todas as mundividências, a simples elementos, sem possibilidade de hierarquização, de uma teia de contornos indefinidos, lançada sobre o nada; sem mais valor, nem melhor significado que os de qualquer boa ficção.

Prescindindo de um juízo ético, parece-me inegável o efeito dissolvente de uma tal perspectiva sobre qualquer estrutura social, sempre organizada em torno de um conjunto de valores, normas e práticas características; como se, quem tanto encarecera as virtudes identitárias da língua, enquanto forma dinâmica de assunção da realidade, se esforçasse por lhe encontrar o antídoto mais eficaz. Decerto se pode observar que, afinal, Vilém Flusser se limitou a ser o filósofo do seu tempo, a constatar mais cedo do que outros o processo que corria já, célere, para a desintegração das distintas formas culturais, através da imposição de um modelo único; já que, na perspectiva dos jogos da linguagem,

nenhuma é de raiz preferível, justificando-se a opção pela que, pragmaticamente, ofereça melhor garantia de eficácia. Ao optar pela ponte de D. Carlos, ao eleger como pátria a terra de ninguém, Vilém Flusser obnubilou a auroral revelação que o Brasil lhe oferecera, reduzindo o português e a *portuguezidade* (como ele diz, já por certo dividido dentro de si mesmo) a um dos inumeráveis mundos entre os quais se propunha ir saltando, não já no vão intento de enganar a morte, mas tão-só de se rir dela, seja onde e quando fosse que o esperasse, como naquele imprevisto camião branco, numa estrada florestal, às cinco horas da manhã.

Há a sua distância entre compreender e anuir, pelo que, tentando encontrar as razões que moveram ou travaram o percurso de Vilém Flusser, do mesmo passo que dele me distancio nos aspectos que mais o têm celebrizado, saúdo o seu precioso contributo para *o desenvolvimento de uma autêntica filosofia brasileira*, conforme afirma Miguel Reale e eu julgo dever aplicar-se também à filosofia portuguesa, no pressuposto de que nos irmana o essencial mundo da língua. Isso basta para justificar este encontro que, para além de saldar uma dívida, nos exorta a compreender que a verdadeira universalidade brota das raízes que o espírito lança onde quer, ou seja, para o caso, aqui e agora. Por isso, aqui e agora presto homenagem a quem um dia fez brilhar, em termos que permanecem actuais, as virtudes especulativas da língua portuguesa.

Revisto em Maio de 2011

Bibliografia

- Bernardo, Gustavo e Ricardo Mendes (orgs.) (1999), *Vilém Flusser no Brasil*, Relume Dumara, Rio de Janeiro.
- Flusser, Vilém (Out. -Dez. 1960), *Da língua portuguesa*, Revista Brasileira de Filosofia, São Paulo.
- Flusser, Vilém (Jan. -Mar. 1962), *Ensaio para um estudo do significado ontológico da língua*, Revista Brasileira de Filosofia, São Paulo.
- Flusser, Vilém (2007), *Língua e Realidade*, 3.^a ed., Annablume, São Paulo, 2007.
- Reale, Miguel (1992), Flusser (Vilém), em *Logos. Enciclopédia luso-brasileira de filosofia*, Vol. 5, Lisboa/São Paulo.
- Ribeiro, Álvaro (1943), *O Problema da Filosofia Portuguesa*, Editorial Inquérito, Lisboa.
- Severino, António Joaquim (1999), *A Filosofia Contemporânea no Brasil*, Editora Vozes, Petrópolis.
- Teixeira, António Braz (2009), *A Experiência Reflexiva. Estudos sobre o pensamento luso-brasileiro*, Zéfiro Editora, Sintra.